

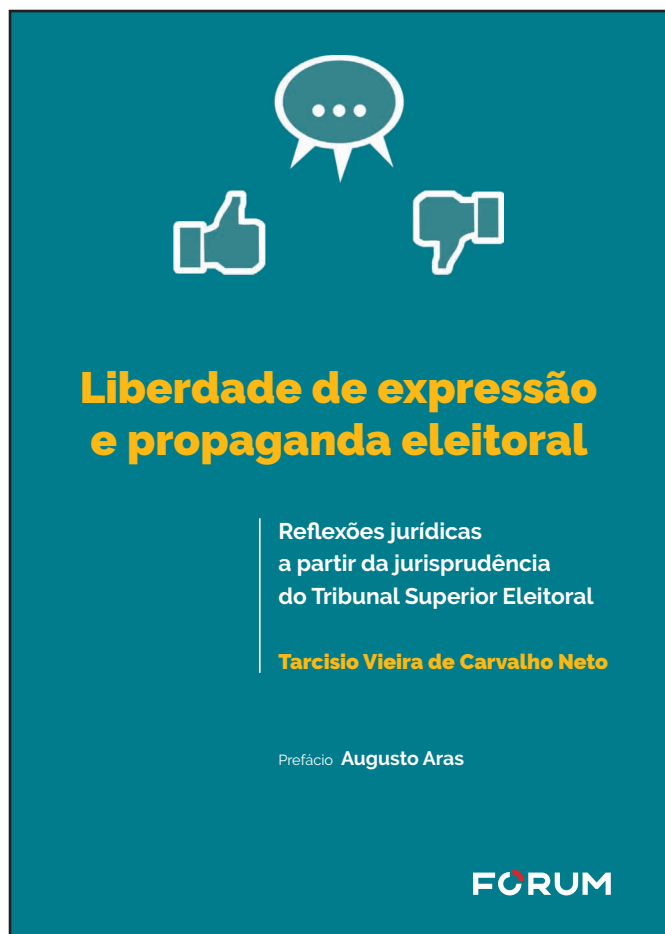
TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL

Reflexões jurídicas a partir da jurisprudência
do Tribunal Superior Eleitoral

Prefácio

AUGUSTO ARAS



Ser livre é ser o único árbitro daquilo que se faz ou daquilo que se não faz, afirmou Jean de La Bruyère no século XVI. Presente em versos e cantos, na filosofia e no direito, liberdade é tão desejada que Aldous Huxley dizia que, “se chamarmos encarceramento de verdadeira liberdade, mais pessoas ficarão atraídas pela prisão!”. Sob visada jurídica, partindo do pressuposto entabulado por Hobbes, a liberdade é relacional entre o sujeito titular da vontade e a virtual oposição do seu desejo. Liberdade de expressão enfrentaria, pois, limitações relacionais decorrentes do impacto e da capacidade de deformação que o exercício dessa liberdade poderia gerar no sistema eleitoral – *marcadamente por meio da propaganda* – e no regime democrático. São essas as questões e preocupações que conduzem esta obra de Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República

Área específica da obra

Direito Eleitoral

Público-alvo/consumidores da obra

Estudantes, juristas, partidos políticos e
interessados no tema.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001777

C3311 Carvalho Neto, Tarcisio Vieira de
Liberdade de expressão e propaganda eleitoral: reflexões jurídicas a partir da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral/ Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

204 p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-65-5518-026-8

1. Direito Eleitoral. 2. Tribunal Superior Eleitoral. I. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de. *Liberdade de expressão e propaganda eleitoral: reflexões jurídicas a partir da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 204 p. ISBN 978-65-5518-026-8.

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos (Direito, Política, História e Comunicação) pelo *Ius Gentium Conimbrigae*, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor e mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP). Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB). Subprocurador-geral do Distrito Federal. Advogado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
AUGUSTO ARAS	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO: BRASIL E PORTUGAL	25
1.1 Considerações iniciais e localização do tema	25
1.2 Liberdade de expressão no Direito brasileiro	26
1.2.1 Natureza jurídica de (princípio constitucional).....	26
1.2.1.1 A função dos princípios na contemporaneidade jurídica	26
1.2.1.2 Direito Eleitoral constitucionalizado	28
1.2.1.3 Riscos da aplicação desmesurada de princípios como o da liberdade de expressão.....	33
1.2.1.4 Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e mal sistematizado) de Direito Eleitoral	35
1.2.2 Conteúdo jurídico.....	36
1.2.3 Extensão e limites	40
1.2.4 A liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	43
1.3 Direito português	47
1.3.1 Algumas notas doutrinárias sobre a liberdade de expressão no contexto do Direito Constitucional de Portugal.....	47
1.3.2 As contribuições jurisprudenciais acerca do tema liberdade de expressão.....	53
1.3.2.1 Lopes Gomes da Silva c. Portugal (28.9.2000).....	55
1.3.2.2 Caso Leonel Azevedo c. Portugal (27.3.2008).....	58
CAPÍTULO 2	
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO PROJETADA NO DIREITO ELEITORAL	59
2.1 O Direito Eleitoral português	59
2.1.1 Principais características do Direito Eleitoral português	59
2.1.2 Princípios constitucionais gerais do Direito Eleitoral português.....	64
2.1.3 O princípio da liberdade no Direito Eleitoral português	65
2.1.4 A propaganda no Direito Eleitoral português	66
2.1.5 A divulgação de sondagens e de inquéritos de opinião.....	70
2.1.6 O direito de antena em Portugal.....	72
2.2 O Direito Eleitoral brasileiro.....	75
2.2.1 Considerações iniciais.....	75
2.2.2 A Justiça Eleitoral brasileira.....	79
2.2.3 Algumas projeções específicas da liberdade de expressão no Direito Eleitoral do Brasil.....	83
2.2.3.1 Promoção pessoal na publicidade institucional	83
2.2.3.2 Imunidade parlamentar e propaganda eleitoral negativa antecipada	95
2.2.3.3 Pesquisas eleitorais.....	102
2.2.4 WhatsApp e eleições (2018): o caso brasileiro.....	113
2.2.5 A jurisprudência como fonte do Direito Eleitoral brasileiro	116
2.2.5.1 A jurisprudência como fonte do Direito	117
2.2.5.2 A jurisprudência nos sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i>	118
2.2.5.3 A jurisprudência no quadro brasileiro atual.....	119
2.2.5.4 A aplicação supletiva e subsidiária do NCPC aos feitos eleitorais.....	121

CAPÍTULO 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

3.1	Considerações preliminares.....	125
3.2	Liberdade de expressão e propaganda eleitoral pelas lentes do TSE	126
3.2.1	Considerações iniciais.....	126
3.2.2	Imprensa escrita.....	128
3.2.3	Televisão e rádio	135
3.2.4	<i>Outdoor</i>	141
3.2.5	Internet.....	144
3.2.6	Discurso de ódio (<i>hate speech</i>) e propaganda negativa.....	153
3.2.7	Humor.....	160
3.2.8	<i>Fake news</i>	165
3.2.9	Religião	175
3.3	Resoluções (recentes) do TSE com afinidade ao tema liberdade de expressão nas propagandas eleitorais	185

CONCLUSÃO.....	191
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	201
------------------	-----